



CASA CIVIL E AGU DEBATEM
REESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
COM CNE E DEPUTADOS

LEIA NA PG. 2



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1578 - 27 DE ABRIL DE 2023



COM ATRAÇÕES CULTURAIS

Trabalhador e trabalhadora,
venha aproveitar com a sua família!

EM FLORIANÓPOLIS
LARGO DA ALFÂNDEGA | 14H

Ato unificado das Centrais Sindicais

Para celebrar o Dia Internacional do Trabalhador/da Trabalhadora, as centrais sindicais convidam eletricitárias/eletricitários de todo o estado para se reunirem para atos com atrações culturais no dia 1º de maio, na capital e nas maiores cidades do estado. Até o fechamento desta edição, já havia definição da programação em três cidades catarineses. Em Florianópolis, conforme imagem acima, a concentração será às 14h, no Largo da Alfândega. Em São Miguel do Oeste, a data será celebrada em 30 de abril, a partir

das 15h30min, na praça Walnir Bottaro Daniel, com mateada e apresentações de Jordana Carolina, Lucas Machado e João Chagas Leite. Em Caçador, a celebração será com o tradicional Baile do Trabalhador.

A programação em outras cidades será fechada até amanhã e pode ser conferida no site da CUT estadual: <https://sc.cut.org.br/>.

Traga seus familiares para juntos fazermos um grande encontro da classe trabalhadora com muita música e cultura.

CASA CIVIL E AGU SE REÚNEM COM MEMBROS DA FRENTE PELA REESTATIZAÇÃO DA ELETOBRAS E DO COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

Pela Intersul, participaram os dirigentes do Sinergia, Cecy Marimon Gonçalves e Tiago Vergara

No dia 13 de abril, a Ministra Chefe da Casa Civil em Exercício, Miriam Belchior, e o adjunto da Advocacia-Geral da União, Flávio Roman, receberam os parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Pela Reestatização da Eletrobras e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) para discutir sobre o futuro da empresa.

Na reunião, foram feitos pedidos de efetividade e urgência nas ações do governo federal para a retomada da Eletrobras pública. Além disso, os participantes denunciaram o processo seletivo para contratação de novos funcionários por meio da empresa TAEQ, que teve o seu contrato rescindido em 12 de abril pela Eletrobras, após críticas do viés ideológico utilizado nas entrevistas.

Os deputados e dirigentes sindicais destacaram ainda o processo desenfreado de demissões tocado pela direção da Eletrobras privada. O Coletivo pontuou que os desligamentos dos trabalhadores e trabalhadoras trazem grave risco para o setor Elétrico.

Contrato milionário

Na oportunidade, houve também a denúncia do contrato milionário entre a empresa e a assessoria de comunicação ArtPlan por R\$ 47 milhões, com o claro objetivo de atuar junto à mídia contra a reestatização da Eletrobras. Os dirigentes ressaltaram ainda a

contratação de assessorias parlamentares para tentar assegurar a rejeição à reestatização dentro do Congresso Nacional.

Foi informado à Casa Civil e à AGU que a Eletrobras teria agendada uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 17 e uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) para 27 de abril, onde os acionistas debateriam pontos de interesse para a categoria, a exemplo da tentativa de extinção do cargo do representante dos empregados no Conselho de Administração. Nesse sentido, os deputados e representantes do CNE reforçaram a importância da urgência nas ações do governo federal à retomada da Eletrobras.

Os representantes da Casa Civil e da AGU ouviram atentamente as denúncias e os pedidos, definiram pontos focais e prometeram retorno em breve. A Frente Parlamentar e o Coletivo Nacional dos Eletricitários estão organizando outras agendas para tratar da reestatização da Eletrobras.

Estiveram presentes os deputados federais Alencar Santana (PT-SP), Erika Kokay (PT-DF), Lindbergh Farias (PT-RJ), Patrus Ananias (PT-MG), Odair Cunha (PT-MG), Glauber Braga (PSOL-RJ), João Daniel (PT-SE) e Mauro Benevides Filho (PDT-CE), além de representantes sindicais de todo o Brasil.



CELESC

REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS NO CA DA CELESC SE ENCAMINHA PARA RETA FINAL DA PERCORRIDA ANUAL



O Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Paulo Horn, deu continuidade à percorrida pelas Regionais da Celesc nesta semana. Ele visitou trabalhadoras e trabalhadores das regiões de Criciúma e Tubarão.

Para fechar a percorrida deste ano, Paulo ainda visitará no próximo mês outros dois postos de trabalho na Agência Regional Florianópolis e completará a visita na Administração Central - que não foi possível ser finalizada em apenas um dia, no início do mês.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL
 Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC)
 Conselho Editorial: Caroline Camargo Borba
 Estagiária: Ana Júlia Gonçalves

Rua Larcercda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030
 E-mail: [sinergjajournal@gmail.com](mailto:sinerjajournal@gmail.com)
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

STIEEL

DIRETORIA DO STIEEL SE REÚNE COM DEPUTADO FABIANO DA LUZ EM LAGES



Na última quinta-feira, dia 20 de abril, estiveram reunidos na Casa do Trabalhador de Lages, na serra catarinense, lideranças políticas e sindicais para um bate-papo com o Deputado estadual Fabiano da Luz (PT).

Representantes do STIEEL, sindicato que atua da região serrana até o extremo oeste catarinense, marcaram presença. De acordo com Adriana Guadagnin da Silva, diretora do Sindicato, o deputado Fabiano da Luz fez uma panorâmica deste início de mandato e respondeu várias perguntas das lideranças ali presentes: "foi uma conversa franca e esclarecedora, onde as lideranças manifestaram as expectativas e os anseios. Foi ressaltada a importância da representatividade do Deputado para as lideranças do campo sindical e de defesa de trabalhadoras e trabalhadores".

O STIEEL evidenciou no encontro o quanto os sindicatos foram afetados negativamente pelo governo passado, e que a expectativa é de que este seja o momento de uma aproximação do governo com os sindicatos: "foi uma reunião informal, mas, com certeza, de grande expressão política", completou Adriana.

ENTREVISTA

MARLON ANTÔNIO GASPARIN, NOVO COORDENADOR DA INTERCEL

Marlon é o coordenador da Intercel no período de abril de 2023 a abril de 2024



Marlon Antônio Gasparin, do Stieel, e Patrícia Mendes, do Sintresc

Na quarta-feira da semana passada, ao final do Encontro de Planejamento, a coordenação da Intercel passou do Sintresc para o Stieel. O indicado para ocupar a coordenação pelo próximo ano foi Marlon Antônio Gasparin, 47 anos, Técnico Industrial - Eletrotécnico, na Celesc há 23 anos, lotado na Agência Regional de Chapecó. Marlon também é advogado e é o representante da Intercel no Comitê de Ética da Celesc. Nesta entrevista, ele fala um pouco sobre as expectativas para o próximo Acordo Coletivo de Trabalho e as lutas da categoria. Confira:

LV: Quais lutas a nova coordenação da Intercel vê como prioritárias para a categoria neste próximo ano?

Marlon: Várias lutas são consideradas permanentemente prioritárias, a exemplo da manutenção da Celesc como empresa pública e a garantia de emprego, que são bandeiras permanentes. Entretanto, neste início de ano, em especial, a coordenação vê como prioritárias, também, as questões envolvendo a proposta de implantação de um novo Plano de Saúde, mais barato e acessível a todos os empregados, assim como a conclusão e a aplicação do relatório do GT da isonomia, que poderá conceder aos novos empregados, admitidos após 2016, o anuênio e a gratificação especial de férias. Essas lutas são prioridades não apenas pela sua notória importância, mas também, porque se trata de uma luta iniciada ainda no ano passado, e que a INTERCEL tem o firme propósito de concluir essas negociações antes da data-base, ou seja, antes de iniciarem as negociações do ACT 2023-2024.

LV: De que forma a categoria pode construir junto com os sindicatos e conquistar avanços?

Marlon: Principalmente, participando ativamente da construção das propostas e acompanhando o andamento das negociações. Para isso, é importantíssimo que o trabalhador não perca uma oportunidade de participar das reuniões, concentrações, assembleias, percorridas e caravanas da INTERCEL, pois são oportunidades de conversar diretamente

com os dirigentes sindicais, levar propostas, tirar dúvidas, e até mesmo, fazer suas críticas aos dirigentes, norteadas as ações da INTERCEL em prol da categoria. Muito importante, também, que os trabalhadores acompanhem, sempre que possível, os informes da INTERCEL nas redes sociais, Jornal Linha Viva e Boletins da INTERCEL, para que fiquem sempre informados e atualizados de tudo o que acontece envolvendo as pautas de interesse dos trabalhadores.

LV: Qual a expectativa para as negociações do ACT deste ano na Celesc?

Marlon: Este é um ano de muitas incertezas, haja vista que estamos diante de um governo novo, presidente novo e diretoria nova, não sendo possível prever, com certeza, como será a postura desta nova diretoria em mesa. Entretanto, a expectativa é de manutenção de todos os direitos já conquistados pela categoria, com avanços em pontos sensíveis do ACT. De outro norte, acaso a postura da nova diretoria seja de intransigência quanto ao pleito dos trabalhadores, é muito importante que a categoria esteja sempre unida, mobilizada e preparada para eventual enfrentamento. Todos sabemos que nenhum dos direitos que os celesquianos possuem veio fácil. Tudo sempre foi conquistado com muita luta e disposição, e é dessa forma que continuaremos avançando em nossas pautas, com a categoria dos eletricitários sempre unida, mobilizada e confiando no trabalho realizado pelos seus representantes e dirigentes sindicais.

NOTAS CURTAS:

- Após a realização das assembleias com trabalhadoras e trabalhadores, o Sinergia enviou para a diretoria da CERJ a Pauta de Reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho 2023-2024. Neste momento (até o fechamento desta edição), a Cooperativa e o Sindicato estavam agendando uma data para a primeira rodada de negociações.

- Na quinta-feira, dia 20, os Sindicatos da Intercel e o Presidente da Celesc, Tarcísio Rosa, se reuniram (imagem ao lado) para debater uma série de pontos pendentes de negociação. O relato completo da reunião foi divulgado pelo e-mail corporativo de celesquianas e celesquianos, através do Boletim da Intercel 198. Não deixe de ler.

- Gerou grande repercussão o voto do Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, na ação que trata da cobrança de contribuição assistencial imposta por Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa a empregados não sindicalizados: o Ministro reconheceu a validade de cobrança de contribuição assistencial a trabalhadores não sindicalizados, desde que lhes seja garantido o direito de oposição. De acordo com Barroso, os sindicatos representam toda uma categoria profissional e não apenas aqueles e aquelas que são sindicalizados (que financiam a luta sindical). Desse modo, argumentou que aqueles trabalhadores que não são sindicalizados, mas obtêm vantagens em função das negociações pelos sindicatos, teriam "uma espécie de enriquecimento ilícito" - na visão do magistrado.



TERCEIRIZAÇÕES

SINDICATOS DA INTERCEL E INTERSUL DEFENDEM PRIMARIZAÇÃO DO TRABALHO E NÃO TERCEIRIZAÇÕES

Quantidade de acidentes de trabalho é maior e qualidade dos serviços menor com as terceirizações

A terceirização em empresas públicas tem sido tema de debate em todo o País. Enquanto alguns argumentam que a terceirização pode ser solução para reduzir custos e aumentar a eficiência, outros afirmam que ela pode ter impacto negativo nos direitos dos trabalhadores e na qualidade do serviço prestado. De acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a terceirização em empresas públicas tem sido uma prática cada vez mais comum, especialmente em setores como saúde, educação e transporte. No entanto, muitas dessas empresas terceirizadas oferecem salários mais baixos e menos benefícios que a trabalhadores diretamente contratados, o que pode resultar em desigualdades significativas. A terceirização também pode levar a perda de controle da qualidade do serviço prestado pelas empresas públicas. Quando os trabalhadores são terceirizados, a empresa contratante não tem a mesma capacidade de supervisionar e garantir que os serviços sejam prestados de maneira adequada e de acordo com normas e regulamentações.

Por esses motivos, especialistas em direito trabalhista e sindicatos têm repudiado a terceirização em empresas públicas. Embora pareça uma solução atraente para reduzir custos em empresas públicas, os custos humanos e sociais devem ser levados em conta antes de tomar essa decisão.

Terceirização e o setor elétrico

O setor elétrico é um dos mais importantes e essenciais para o desenvolvimento econômico e social de um País. No entanto, a natureza das atividades realizadas neste setor pode ser perigosa, e acidentes de trabalho são uma preocupação constante para trabalhadores e empresas envolvidas. A terceirização tem sido uma prática comum no setor elétrico, especialmente em áreas como construção, manutenção e controle de linhas de transmissão e subestações. No entanto, especialistas têm levantado preocupações sobre a segurança de trabalhadores terceirizados e comparado seus níveis de acidentes de trabalho com funcionários

próprios. De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), trabalhadores terceirizados no setor elétrico têm mais chances de sofrer acidentes de trabalho que os próprios funcionários. O estudo analisou dados de acidentes registrados em empresas de distribuição de energia elétrica entre 2010 e 2015 e descobriu que a taxa de acidentes entre terceirizados era quase o dobro de funcionários próprios.

Outro estudo realizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2017 também apontou para a mesma tendência. O estudo analisou dados de acidentes registrados em empresas de energia elétrica em todo o País e descobriu que a taxa de acidentes entre terceirizados era significativamente maior que a de próprios funcionários. Além disso, trabalhadores terceirizados também tendem a sofrer lesões mais graves e ficar mais tempo afastados do trabalho após um acidente.

Em resumo, os dados sugerem que trabalhadores terceirizados no setor elétrico enfrentam risco maior de acidentes de trabalho do que funcionários próprios. É importante que empresas contratantes, empresas terceirizadas e autoridades governamentais trabalhem juntas para garantir a segurança dos trabalhadores e minimizar o risco de acidentes no setor elétrico.

MARCHA DE 5 MIL EM BRASÍLIA PEDE REJEIÇÃO DE PLS QUE ATACAM INDÍGENAS; VEJA ALGUNS DELES

Ato se encerrou com homenagem na Câmara ao evento, que está em sua 19ª edição; mais de 30 PLS preocupam comunidades

Por Cristiane Sampaio - Reprodução: Brasil de Fato



Imagem: @richard_wera_mirim / Brasil de Fato

Cerca de 5 mil indígenas marcharam, nesta segunda-feira (24), em Brasília (DF), para protestar contra projetos de lei (PLs) que atacam os direitos do segmento. O grupo saiu da sede do Acampamento Terra Livre (ATL) 2023, na região central da cidade, e se dirigiu até o Congresso Nacional para pedir a rejeição dessas propostas. O ato integra a programação do ATL, que começou no domingo (23) e se estende até sexta-feira (28), na capital federal.

Mais de 30 PLS que tramitam no Congresso povoam os pesadelos dos povos indígenas, com destaque para seis medidas principais. A primeira delas é o PL 490/2007, que altera o regime jurídico de demarcação das terras e legaliza a tese do marco temporal por fixar o entendimento de que os povos só podem ter suas áreas reconhecidas se comprovarem que lá estavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição Federal. Lideranças do segmento e especialistas apontam que, na prática, a medida acaba com as demarcações.

A cacica Andréa, do povo Tapuya Kariri, no Ceará, conta que vive numa terra ainda não homologada. Ela teme que uma eventual aprovação do PL 490 encerre de vez a tão sonhada possibilidade de demarcação da área e ressalta que esse tipo de proposta é “um ataque à vida dos povos indígenas”, uma vez que as comunidades e suas culturas não sobrevivem sem seus territórios tradicionais.

“Nós lideranças colocamos as nossas vidas em risco pra defender os nossos territórios, enquanto um PL desse desrespeita isso. Nossa maior preocupação é com a vida, é com a demarcação dos nossos territórios, e esses projetos vêm realmente pra matar.” O tema abordado no PL 490 também está em debate no Supremo Tribunal Federal (STF), onde a tese do marco temporal deve ser julgada no próximo dia 7 de junho.

Outras propostas de lei consideradas preocupantes para o segmento são o PL 191/2020, que regulamenta a mineração em áreas tradicionais, e os PLS 2633/2020 e 510/2021, que regularizam a grilagem de terras. Também consta no rol de pautas anti-indígenas o PL 2159/2021, que flexibiliza regras para o processo de licenciamento ambiental, prejudicando a preservação dos recursos naturais e as comunidades.

“É por causa desse tipo de ameaça que estamos aqui hoje. É pra lutar contra madeireiros, os garimpeiros e outros invasores, os únicos que têm algo a ganhar com esse tipo de proposta”, afirma o cacique Karangré, que veio do Pará para participar do ATL e da marcha.

O movimento indígena também chama a atenção para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 177/2021, que coloca em xeque o cumprimento da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por parte do Estado brasileiro. O acordo estabelece, entre outras coisas, que os povos indígenas devem ser previamente consultados sempre que uma decisão tiver o poder de afetar seus bens ou direitos.

O indígena Sahu da Silva, do povo Sateerewe, do Amazonas, afirma que, em última instância, todos os PLS que retiram direitos do segmento atingem a demarcação das terras indígenas. “E o que move a gente a vir pra cá fazer isso é justamente a luta por esse nosso direito, que não vem sendo cumprido. Todos nós sofremos um pouco com o sofrimento de cada comunidade atingida.”

Articulação

A marcha se encerrou com uma sessão legislativa na Câmara dos Deputados em homenagem à 19ª edição do ATL. Em conversa com o Brasil de Fato, o secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, disse que há mais de 30 projetos de lei que preocupam o segmento indígena no âmbito do Congresso. Ele afirma que o trabalho da pasta é importante para somar forças com os interlocutores que estão presentes no Legislativo.

“O MPI tem sido fundamental dentro do governo para justamente redirecionar a pauta governamental e para o próprio governo se posicionar contra esses PLS. Um exemplo claro que tivemos agora em abril foi justamente o do PL 191. O governo anterior tinha uma posição favorável e o atual mudou a posição a partir de uma provocação da ministra Sônia Guajajara”.

O evento contou também com a participação de outras lideranças do campo que atuam na luta institucional. É o caso da deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), que disse ao Brasil de Fato que a resistência aos PLS que ameaçam o segmento “seguirá adiante”, mesmo com a configuração majoritariamente conservadora que o Congresso tem. Há apenas quatro deputados indígenas entre os 513 membros da Casa.

“Se a nossa voz não for suficiente do lado de dentro, vamos continuar chamando o movimento indígena do lado de fora. É com essa força que nós entendemos que mudamos processos de decisão (0:20).” A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, também se somou ao coro coletivo que se formou no Congresso nesta segunda.

“Nós vamos seguir trazendo pra cá a pauta prioritária dos povos indígenas, que é a demarcação dos territórios. Só assim vamos conseguir conter essa crise climática. Sem demarcação, não há solução para a crise. Saímos de quatro anos de ataque, de uma pandemia que matou muitos dos nossos parentes, mas estamos aqui vivos, de pé, com a nossa resistência secular, pra dizer que estamos aqui pra apresentar a nossa contribuição não só pro Brasil, mas para o mundo. Estamos aqui pra reafirmar mais uma vez que não vamos permitir nunca mais um Brasil sem nós”, bradou a mandatária.

Edição: Rodrigo Durão Coelho

Publicação original: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/24/marcha-de-5-mil-em-brasilia-pede-rejeicao-de-pls-que-atacam-indigenas-veja-alguns-deles>